

Relator deve apresentar relatório do fim da escala de trabalho 6x1 na quinta-feira

Ao Correio da Manhã, Omar Aziz disse que não fará alterações no texto da PEC

Por **Beatriz Matos**

A PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1 deve avançar no Senado sem uma nova disputa sobre o conteúdo aprovado pela Câmara. Relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador Omar Aziz (PSD-AM) afirmou ao Correio da Manhã que decidiu manter integralmente o texto dos deputados e pretende apresentar seu parecer até quinta-feira (27).

A escolha encurta uma das etapas mais sensíveis da tramitação. Caso o Senado altere o mérito da proposta, a PEC teria de retornar à Câmara antes de ser concluída. Ao preservar a redação atual, Omar Aziz abre espaço para que a discussão se concentre na formação de maioria entre os senadores.

ARTICULAÇÃO

Essa articulação, no entanto, ainda está por começar. Ao Correio, o relator afirmou que ainda não iniciou conversas com integrantes do governo e da oposição para medir o apoio ao texto. A expectativa é que o movimento ganhe força depois da apresentação do parecer, às vésperas do próximo esforço concentrado do Congresso.



Aziz busca consolidar os apoios à PEC do fim da 6x1

A proposta reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal de trabalho, estabelece dois dias de descanso e mantém a remuneração dos trabalhadores.

Na Câmara, foi aprovada por 472 votos a 22 no primeiro turno e 461 a 19 no segundo. No Senado, são necessários pelo menos 49 votos entre os 81 senadores, também em dois turnos.

Até o início da semana, como mostrou Tales Faria em sua coluna, Omar Aziz demonstrava preocupação com

alguns pontos.

Como o problema dos que trabalham embarcados, como petroleiros, que ficam por um período de tempo trabalhando integralmente e folgam depois. Também havia pressão por um período de transição maior.

Aziz, porém, buscava uma forma de mudar sem que houvesse retorno à Câmara. Isso só poderia ser feito, caso acontecesse, por meio de emendas supressivas que não alterassem o conteúdo da proposta.

CALENDÁRIO

O calendário, no entanto, ajuda a explicar a pressa. A partir de 31 de agosto, deputados e senadores participam de mais um esforço concentrado de votações, uma das últimas janelas relevantes antes de o ritmo do Congresso ser reduzido pela campanha eleitoral.

É nesse período que o Palácio do Planalto pretende avançar com pautas prioritárias antes das eleições. O fim da escala 6x1 está entre as apostas do governo de Luiz

Inácio Lula da Silva (PT) para o segundo semestre e deve entrar nas negociações com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A previsão é que os três se reúnam ainda nesta semana.

SEGURANÇA PÚBLICA

Outra frente de interesse do governo segue lógica semelhante. Relator da PEC da Segurança Pública na CCJ do Senado, Rogério Carvalho (PT-SE) informou que também pretende manter, sem alterações, o substitutivo aprovado pela Câmara.

Segundo o senador, a opção busca acelerar a tramitação e evitar que a proposta tenha de retornar aos deputados.

O parecer deve ser apresentado e votado na comissão nos próximos dias, antes de seguir ao plenário.

As duas PECs chegam, assim, à reta decisiva no Senado sob a mesma estratégia: preservar os textos aprovados pela Câmara para encurtar o caminho até a votação final.

Com o calendário apertado antes das eleições, o próximo desafio do governo será reunir os votos necessários para concluir duas de suas principais pautas no Congresso.

STF dá gratificação de até 22,5% para assessores

Por **Gabriela Gallo**

Duas semanas após suspender o pagamento de benefícios, gratificações e verbas extras pagas para juízes federais, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o pagamento de uma gratificação de até 22,5% para os principais cargos comissionados da Suprema Corte, incluindo assessores e chefes de gabinete de ministros.

A decisão que institui o novo benefício foi assinada pelo presidente da Suprema Corte, ministro Edson Fachin, na Resolução nº 919/2026, publicada no Diário da Justiça Eletrônica (DJE) em 21 de agosto, mas foi plenamente divulgada nesta semana.

O benefício irá variar entre 15% e 22,5%, de acordo

com o grau de responsabilidade e especialização exigidos para o exercício da respectiva função.

Na prática, a medida representa um adicional médio de R\$ 5,3 mil no salário de cada servidor contemplado e deve abranger ao menos 276 funcionários. Como a gratificação é de natureza indenizatória, ela fica isenta de desconto de Imposto de Renda (IR) e de contribuição previdenciária. O reajuste resultará em um impacto financeiro de ao menos R\$ 23,8 milhões por mês aos cofres público, o equivalente a R\$ 285,6 milhões por ano.

Intitulada como Gratificação pelo Exercício de Atividades de Alta Complexidade, Técnica e Administrativa (GAACTA), a medida é volta-

da para o STF e outros tribunais de instâncias superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM). Antes da medida ser oficializada pelo Supremo, os demais tribunais já haviam instituído o modelo.

Segundo o STF, a gratificação é fruto de análise técnica e orçamentária e reiterou que os salários permanecerão dentro do teto constitucional, que é R\$ 46,3 mil (o salário mensal dos ministros do STF). “A gratificação é destinada a servidores ocupantes de cargos em comissão dos níveis CJ-1 a CJ-4, que desempenham atividades e exercem liderança de equipes com alto nível de responsabilidade.



Medida vale para STF e tribunais superiores

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL